

MPU – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
VIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO TRABALHO

Prezado candidato, observe as seguintes ORIENTAÇÕES:

- DO CADERNO DE PROVA:

Verifique, com a maior atenção, este CADERNO DE PROVA OBJETIVA. Ele deve conter 100 (cem) questões. Constatando qualquer anormalidade (páginas sem impressão, páginas repetidas, ausência de páginas e correspondentes questões ou impressões defeituosas), solicite imediatamente a substituição.

Este CADERNO DE PROVA lhe pertence. Faça as anotações que desejar, pois não será devolvido à Comissão.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA

- DA FOLHA DE RESPOSTAS

NÃO ESCREVA NADA NA FOLHA DE RESPOSTAS, limitando-se, apenas, a assinalar a alternativa da questão;

A existência de qualquer sinal que permita identificá-lo ACARRETEARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA;

NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS;

SUA FOLHA DE RESPOSTAS SERÁ CORRIGIDA POR LEITURA ÓTICA, PORTANTO:

- Marque suas respostas observando o exemplo e as instruções da Folha de Respostas;

- Ao transcrever suas opções para a Folha de Respostas, USE somente CANETA ESFEROGRÁFICA nas cores AZUL ou PRETA;

- Há uma ÚNICA alternativa CERTA;

- DESCONHECENDO A RESPOSTA CERTA, É IMPRESCINDÍVEL ASSINALAR NA FOLHA DE RESPOSTAS A ALTERNATIVA (F);

- Não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas;

- DA CORREÇÃO DAS PROVAS

03(TRÊS) RESPOSTAS ERRADAS ANULAM UMA CERTA;

Assinalando a ALTERNATIVA (F), que equivale à resposta em branco, você não será penalizado. NÃO DEIXE, PORTANTO, QUESTÕES EM BRANCO, POIS SERÃO CONSIDERADAS COMO ERRADAS;

A INCORREÇÃO OU RASURA NO PREENCHIMENTO PODERÁ PREJUDICÁ-LO.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Sobre o Federalismo na Constituição brasileira, é correto afirmar-se que:

- a) a autonomia das unidades federativas obsta a existência de um direito nacional;
- b) constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;
- c) define-se como forma de Estado onde os quinhões territoriais são dotados de autonomia exclusivamente administrativa;
- d) constitui cláusula pétrea, ao lado dos direitos e garantias individuais, do princípio da separação dos poderes e do voto direto, secreto, universal e periódico;
- e) compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos autônomos;
- f) não sei.

02. O Estado Democrático de Direito, consagrado na Constituição de 1988, adota como direitos individuais:

- a) a impenhorabilidade da pequena propriedade, desde que situada em área rural explorada em regime de empresa rural;
- b) a impossibilidade de extradição do brasileiro naturalizado, salvo no caso de comprovado envolvimento com crime político, na forma da lei;
- c) a indenização posterior à requisição, por autoridade competente, da propriedade particular, em situação de iminente perigo público, se houver dano;
- d) a utilização, publicação e reprodução de obras literárias, pelos autores e seus herdeiros, por tempo ilimitado;
- e) a liberdade de crença religiosa e convicção filosófica ou política, podendo ser invocada para

eximir-se do cumprimento de obrigação legal a todos imposta;

- f) não sei.

03. Assinale a alternativa incorreta:

- a) ao Supremo Tribunal Federal compete, originariamente, o processo e julgamento dos conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativa de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;
- b) o Superior Tribunal Militar compor-se-á, de acordo com o texto constitucional, de quinze ministros vitalícios nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis;
- c) são princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, de acordo com o art. 127, § 10, da Constituição;
- d) compete aos juízes federais processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho;
- e) são irrecuráveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança;
- f) não sei.

04 Quanto ao Poder Legislativo, podemos afirmar que:

- a) compete privativamente ao Senado Federal escolher dois terços dos membros do Tribunal de

Contas da União;

- b) compete exclusivamente ao Congresso Nacional apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
- c) os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo;
- d) perde o mandato o deputado ou senador a partir da data da sentença da sua condenação criminal;
- e) na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente pode deliberar sobre matéria para a qual foi convocado, sendo facultado o pagamento de parcela indenizatória equivalente ao dobro do valor do subsídio mensal;
- f) não sei.

05. Em consonância com a Constituição Federal, é incorreto afirmar-se sobre os servidores públicos que:

- a) sendo estável, só pode perder o cargo em virtude de sentença judicial trânsita em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, onde deve ser assegurada ampla defesa;
- b) compondo a esfera federal, as suas aposentadorias e pensões são custeadas com recursos da União Federal e de contribuição por eles recolhidas na forma da lei;
- c) o tempo de serviço federal, estadual e municipal deve ser computado integralmente para fins de aposentadoria e disponibilidade;
- d) extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, mantida integralmente sua remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- e) cabe à lei reger a aposentadoria em cargos ou empregos temporários;
- f) não sei.

06. À vista das assertivas abaixo:

- I. os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses. Se não for autor, será o Ministério Público interveniente;
- II. a disputa sobre direitos indígenas é matéria de competência dos juízes federais;
- III. é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cessar o risco;
- IV. o aproveitamento dos recursos hídricos, incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas podem ser efetivadas independentemente da autorização do Congresso Nacional;

V. são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo aos Estados demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens.

Assinale a alternativa correta:

- a) as assertivas I, IV e V estão corretas;
- b) as assertivas II, IV e V estão incorretas;
- c) somente a assertiva V está incorreta;
- d) as assertivas I, II e III estão corretas;
- e) todas as assertivas estão corretas;
- f) não sei.

07. À vista das assertivas abaixo:

- I. o Supremo Tribunal Federal não admite ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo já revogado ou cuja eficácia já tenha se esgotado;
- II. consideram-se atos normativos, passíveis de impugnação por ação direta de inconstitucionalidade, a resolução administrativa dos Tribunais de Justiça, bem como as deliberações administrativas de outros órgãos do Poder Judiciário, inclusive dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- III. as convenções coletivas de trabalho são consideradas atos normativos, sujeitos à impugnação através de ação direta de inconstitucionalidade;
- IV. ainda no conceito de atos normativos, encontram-se os atos estatais de conteúdo meramente derogatório, como as resoluções administrativas, desde que incidam sobre atos de caráter normativo, revelando-se, pois, objeto idôneo para a instauração de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- V. os atos estatais de efeitos concretos se submetem, em sede de controle concentrado, à jurisdição constitucional abstrata.

Assinale a alternativa correta:

- a) as assertivas I, III e IV estão incorretas;
- b) as assertivas II, IV e V estão corretas;
- c) as assertivas III e V estão incorretas;
- d) somente as assertivas II e IV estão incorretas;
- e) todas as assertivas estão corretas;
- f) não sei.

08. À vista das assertivas abaixo:

- I. a Justiça do Trabalho é especializada em razão da matéria, portanto com competência taxativamente prevista pela Constituição Federal, prevista pela Carta de 1934 e criada em 1942, como órgão do Poder Executivo, ligado ao Ministério do Trabalho;
- II. a Justiça do Trabalho passou a ter contornos hoje consagrados, a partir da Constituição de 1946, que a colocou como órgão do Poder Judiciário;
- III. os Ministros Classistas Temporários do Tribunal Superior do Trabalho somente serão processados e julgados por crimes comuns pelo Supremo Tribunal Federal;
- IV. os órgãos da Justiça do Trabalho são: o Tribunal

Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Juntas de Conciliação e Julgamento:

V. o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após a aprovação pelo Senado Federal.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) somente as assertivas I, IV e V estão corretas;
- b) somente a assertiva III está incorreta;
- c) somente as assertivas I, II e V estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas;
- e) todas as assertivas estão incorretas;
- f) não sei.

09. À vista das assertivas abaixo:

I. são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e Territórios;

II. ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, podendo, observado o art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas, a política remuneratória e os planos de carreira;

III. leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observados, relativamente a seus Membros dentre as garantias, a irredutibilidade de subsídio;

IV. são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los na forma da lei complementar respectiva;

V. o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos Membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Assinale a alternativa correta:

- a) as assertivas I, IV e V estão corretas;
- b) as assertivas II, III e V estão incorretas;
- c) as assertivas III, IV e V estão corretas;
- d) as assertivas I, III, IV e V estão corretas;
- e) as assertivas I, III e IV estão corretas;
- f) não sei.

10. À vista das assertivas abaixo:

I. em 1978, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 11, que introduziu o § 5º ao art. 32 da Carta de 1969, segundo o qual o

Procurador-Geral da República poderia requerer, em casos de crimes contra a Segurança Nacional, a suspensão do exercício do mandato parlamentar;

II. a Constituição democrática de 1946, voltou dar relevo ao Ministério Público, conferindo-lhe título próprio. Previu-se sobre a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar originariamente o Procurador-Geral da República. nos crimes comuns e de responsabilidade;

III. em 1977, o Chefe do Executivo Federal, com apoio em atos institucionais, decretou a Emenda Constitucional nº 7, pela qual passou-se a admitir a existência de uma lei complementar, de iniciativa do Presidente da República, que viria a estabelecer normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público Estadual;

IV. na Emenda Constitucional nº 07/77, conferiram-se mais alguns poderes ao Procurador-Geral da República, como a possibilidade de formular pedido cautelar nas representações por ele oferecidas;

V. a organização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é estabelecida por lei ordinária a qual fixa normas gerais para organização do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

Assinale a alternativa correta:

- a) as assertivas I, II e V estão corretas;
- b) as assertivas II e V estão incorretas;
- c) as assertivas I, III e IV estão incorretas;
- d) as assertivas I, III e V estão corretas;
- e) as assertivas I, II e IV estão incorretas;
- f) não sei.

11. À vista das assertivas abaixo:

I. sob a Constituição de 1824, atribuía-se ao Procurador da Coroa e Soberania Nacional a acusação no juízo de crimes, ressalvadas as hipóteses de iniciativa acusatória da Câmara dos Deputados;

II. a primeira Constituição da República ainda não aludiu ao Ministério Público como instituição, apenas fez referência à escolha do Procurador-Geral da República e a sua iniciativa na revisão *criminal lpro reo*;

III. no período republicano, inclusive com a Carta de 1937, podemos notar um nítido desenvolvimento institucional do Ministério Público, sempre acompanhado de novos campos de atuação a ele conferidos pela legislação ordinária;

IV. na Constituição de 1937, cuidou-se da escolha do Procurador-Geral da República, com aprovação pelo Senado e garantia de vencimentos iguais aos dos Ministros da Corte Suprema;

V. com a Constituição Federal de 1967, cuidou-se de cometer ao Procurador-Geral da República a representação de inconstitucionalidade, e ainda se impôs a obrigatoriedade de ser ouvido o Chefe do Ministério Público nos pedidos de seqüestro de verbas públicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) as assertivas I, II e V estão corretas;
- b) as assertivas I, II, III e V estão corretas;
- c) as assertivas I, II e IV estão incorretas;
- d) as assertivas I, II, e IV estão corretas;
- e) as assertivas III, IV e V estão incorretas;
- f) não sei.

12. À vista das assertivas abaixo:

I. constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II. a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político;

III. a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelos seguintes princípios: não intervenção; solução pacífica dos conflitos; não concessão de asilo político; repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IV. a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina e Central, visando à formação de uma comunidade americana de nações;

V. a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, tem como objetivos fundamentais: o pluralismo político; construir uma sociedade livre, justa e solidária; a soberania e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Assinale a alternativa correta:

- a) as assertivas III, IV e V estão incorretas;
- b) somente a assertiva II está incorreta;
- c) as assertivas I, II e IV estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas;
- e) todas as assertivas estão incorretas;
- f) não sei.

13. Entre as opções abaixo, podemos afirmar que a absolutamente correta é:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;
- b) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quinze anos, salvo na condição de aprendiz;
- c) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;

- d) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de doze anos, salvo na condição de aprendiz;
- e) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- f) não sei.

14. Assinale a alternativa incorreta:

- a) é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender;
- b) nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhe o entendimento direto com os empregadores;
- c) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedado ao poder público a interferência e a intervenção no órgão sindical;
- d) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;
- e) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;
- f) não sei.

15. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros associados;
- b) conceder-se-á *habeas data* exclusivamente para a retificação de dados quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- c) conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
- d) são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;
- e) não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e irrecusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;
- f) não sei.

16. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente:

- a) crime político;
- b) a validade de lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição Federal;
- c) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal;
- d) nas infrações penais comuns, o Procurador-Geral da República;
- e) os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado;
- f) não sei.

17. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, espacial e do trabalho;

- b) organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como a organização administrativa destes;
- c) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- d) seguridade social;
- e) propaganda comercial;
- f) não sei.

18. Compete privativamente à União legislar sobre:

- a) assistência jurídica e defensoria pública;
- b) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, Estético, histórico, turístico e paisagístico;
- c) proteção à infância e à juventude;
- d) criação, funcionamento e processo de juizado de pequenas causas;
- e) populações indígenas;
- f) não sei.

19. Entre as opções abaixo, pode-se afirmar que a absolutamente correta é:

- a) a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto, com valor igual a todos, e, nos termos da lei, somente mediante plebiscito e referendo;
- b) o alistamento eleitoral e o voto são: obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de quatorze anos e menores de dezoito;
- c) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos;
- d) são condições de elegibilidade, entre outras, na forma da lei: a idade mínima de trinta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- e) são elegíveis os analfabetos;
- f) não sei.

20. Assinale a hipótese incorreta:

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro a atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

- a) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- b) ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda;
- c) proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- d) salário família e auxílio reclusão para os segurados de baixa renda;
- e) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- f) não sei.

DIREITO DO TRABALHO

21. Constituem elementos da relação contratual trabalhista, exceto:

- a) o trabalho avulso;
- b) o trabalho rural;
- c) o trabalho eventual;
- d) o trabalho temporário;

- e) o trabalho intermitente;
- f) não sei.

22. NÃO é característica do contrato de trabalho ser:

- a) consensual;
- b) *intuitu personae*;
- c) sinalagmático;
- d) oneroso;
- e) nenhuma das alternativas anteriores;
- f) não sei.

23. Qual é o percentual máximo de remuneração para as horas extras?

- a) cinquenta por cento, de acordo com a Constituição Federal vigente;
- b) setenta e cinco por cento;
- c) cem por cento, de acordo com a jurisprudência da SDC/ TST;
- d) pode chegar a cento e cinquenta por cento nos domingos e feriados;
- e) é livre a fixação em norma coletiva, respeitado o limite mínimo estipulado na Constituição;
- f) não sei.

24. Sobre a despedida de empregado eleito dirigente de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, assinale a alternativa correta:

- a) a despedida do cipeiro está fora do alcance do protetor;
- b) a redução das disponibilidades financeiras, em época de globalização autoriza o distrato;
- c) generalizada crise decorrente das flutuações do mercado consumidor impede a rescisão;
- d) o registro da candidatura, seguida de eleição, assegura a estabilidade provisória de até um ano após o término do respectivo mandato;
- e) a partir da eleição a dispensa fica sujeita a inquérito judicial para apuração de falta grave;
- f) não sei.

25. A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, no que concerne à estrutura da organização sindical brasileira, consagrou os seguintes princípios:

- I. do sindicato único;
- II. da pluralidade sindical, nos moldes da Convenção 87 da OIT;
- III. do enquadramento sindical fundado, exclusivamente, no critério da profissão dos empregados;
- IV. da obrigatoriedade da participação dos Sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;
- V. da filiação facultativa do empregado ao Sindicato.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas a afirmativa I está incorreta;
- b) as afirmativas I, IV e V estão corretas e as de nº II e III estão incorretas;
- c) as afirmativas I e III estão incorretas;
- d) as afirmativas I e III estão corretas e as restantes estão incorretas;
- e) apenas a afirmativa II está incorreta;
- f) não sei.

26. Certa empresa do ramo metalúrgico possui 700 empregados. Estes, reunidos, resolveram convocar uma eleição interna com o fito de eleger um deles representante, para estabelecer entendimentos diretos com o empregador. A Diretoria da empresa, todavia, impede, sistematicamente, sua realização e sustenta que não reconhecerá, em nenhum empregado sua autoridade para representar seus colegas, tendo advertido que considerará qualquer tentativa nesse sentido, como ato de insubordinação. À vista do relatado, assinale a resposta correta:

- a) não é legítima a recusa do empregador porque o representante eleito confunde-se com o Sindicato podendo, até mesmo, celebrar com a empresa acordo coletivo em nome dos representados;
- b) é legítima a atitude da empresa porque a representação, de que trata a hipótese supra, é a chamada representação sindical, sendo atribuição do Sindicato a indicação de seu representante na empresa;
- c) não é legítima a atitude da direção da empresa porque assegurada. Constitucionalmente, a eleição de empregado representante, para aquele fim, quando mantiver a empresa em seus quadros, mais de 200 (duzentos) empregados;
- d) é legítima a atitude empresarial visto que a eleição de empregado representante, para o fim referido, só é admissível nas empresas com mais de 1.000 (hum mil) empregados;
- e) é legítima a recusa patronal porque somente ao Sindicato cabe a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria;
- f) não sei.

27. Empregado com 45 dias de serviço foi afastado por motivo de doença, ficando em gozo de benefício previdenciário por 240 dias. Quando retomou foi sumariamente despedido. Terá direito, então, a:

- a) aviso-prévio de 30 dias, 03/12 de natalinas. FGTS, não tendo direito às férias proporcionais;
- b) aviso-prévio de 45 dias, 10/12 de natalinas, não tendo direito às férias proporcionais, nem ao FGTS;
- c) aviso-prévio de 30 dias, 10/12 de férias, 10/12 de 13º salário e FGTS;
- d) aviso-prévio de 30 dias, 2/12 de férias, 2/12 de natalinas e FGTS pago na rescisão;
- e) nenhuma das alternativas anteriores;
- f) não sei.

28. José foi contratado por determinada empresa, para exercer as funções de Cobrador. Dois anos depois, seu empregador o nomeou para o cargo de confiança de "Diretor de Cobrança", com gratificação correspondente. Decorridos 6 anos a direção da empresa resolve destituí-lo do cargo de confiança, voltando a ocupar a primitiva função de Cobrador, tendo sido suprimida a gratificação. Em face do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) poderá o empregador determinar que José reverta à função primitiva, desde que faça incorporar a gratificação percebida, à razão de 1/12 por ano de comissionamento;
- b) a perda da função de Diretor autoriza o empregado a propor rescisão indireta do contrato de

trabalho, por culpa patronal;

- c) só será válida a determinação do empregador, se este garantir a incorporação à sua remuneração, da gratificação até então percebida;
- d) há nulidade do ato praticado pelo empregador, à luz do art. 468 da CLT;
- e) é válida a determinação do empregador para que José reverta a seu cargo efetivo, sem qualquer incorporação ou indenização compensatória;
- f) não sei.

29. O truck system consiste no pagamento dos salários:

- a) por meio de cheque;
- b) por meio de "vales" aos caminhoneiros;
- c) em prestações *in natura*;
- d) metade em "vales" e metade em dinheiro;
- e) nenhuma das alternativas anteriores;
- f) não sei.

30. As fontes do direito do trabalho obedecem à seguinte hierarquia:

- a) a Constituição, a convenção coletiva de trabalho, as leis, a sentença normativa e os usos e costumes;
- b) a Constituição, a sentença normativa, as leis, a convenção coletiva de trabalho e os usos e costumes;
- c) a Constituição, os usos e costumes, a convenção coletiva de trabalho, as leis e a sentença normativa;
- d) os usos e costumes, a Constituição, as leis, a sentença normativa e a convenção coletiva de trabalho;
- e) a Constituição, as leis, a sentença normativa, a convenção coletiva de trabalho e usos e costumes;
- f) não sei.

31. A lei possibilita que as férias, excepcionalmente, sejam concedidas em dois períodos. Esta exceção não se aplica aos:

- a) menores de 18 anos e maiores de 60 anos;
- b) membros de uma mesma família;
- c) menores de 18 anos e maiores de 50 anos;
- d) menores de 16 anos e maiores de 55 anos;
- e) menores de 18 anos e maiores de 55 anos;
- f) não sei.

32. Fulano de tal, menor de 18 anos, é empregado em três estabelecimentos, com as seguintes cargas horárias: de cinco horas, no primeiro, e de três horas, cada uma, no segundo e no terceiro. A situação é:

- a) irregular, pois o direito brasileiro fixa limite para o número de empregos;
- b) irregular, porque o direito brasileiro nega a pluralidade de empregos além de dois;
- c) irregular, em razão de a soma das horas de trabalho nos três empregos exceder de oito horas diárias;
- d) regular, em face de a duração normal do trabalho diário, em cada emprego, ser inferior a oito horas;
- e) irregular, pois essa pluralidade de prestação de serviços depende de prévia autorização médica e não pode ultrapassar o limite de oito horas diárias;
- f) não sei.

33. No regime de turnos ininterruptos de trabalho, conforme consagrado na Carta Magna

de 88:

- a) cumpre observar a jornada de oito horas;
- b) a jornada deve observar o máximo de seis horas, salvo negociação coletiva;
- c) inexistente limite legal quanto à jornada diária;
- d) há expressa previsão da possibilidade de compensação dos excessos havidos na jornada diária;
- e) deve ser respeitada a jornada contratada pelas partes;
- f) não sei.

34. Na hipótese de doença do empregado verifica-se:

- a) interrupção do contrato de trabalho até a alta previdenciária;
- b) suspensão do contrato de trabalho após os primeiros quinze dias de afastamento;
- c) cessação do contrato de trabalho pela impossibilidade de o empregado exercer as tarefas para as quais foi contratado;
- d) suspensão imediata do contrato de trabalho e gozo do auxílio doença por conta do órgão da Previdência Oficial;
- e) interrupção do contrato de trabalho após os primeiros quinze dias de afastamento;
- f) não sei.

35. Caracteriza-se a sucessão trabalhista:

- a) pela alienação de máquinas e coisas singulares;
- b) pela transferência do controle acionário da sociedade anônima;
- c) mediante notificação do empregado àquele que adquirir o controle da sociedade;
- d) pela passagem de uma unidade econômico-jurídica de um para outro titular somada à ausência de interrupção na prestação dos serviços;
- e) pela alteração, legalmente formalizada, dos proprietários da empresa;
- f) não sei.

36. O retorno do empregado ao cargo efetivo anterior, deixando o de comissão:

- a) constitui alteração ilegal do contrato de trabalho;
- b) depende de previsão contratual;
- c) pressupõe motivo aceitável e a concordância do empregado;
- d) encerra direito potestativo do empregador;
- e) não é admitido após dez anos de exercício de cargo comissionado;
- f) não sei.

37. O contrato individual de trabalho sob a modalidade experiência:

- a) pode ser prorrogado até duas vezes;
- b) está sujeito ao prazo de 120 dias;
- c) pode ser prorrogado, observado o tempo máximo de 90 dias;
- d) somente é possível se o serviço tiver natureza transitória ou experimental;
- e) pode ser celebrado por ajuste tácito;
- f) não sei.

38. A dobra salarial de que cogita o artigo 467 da CLT cabe:

- a) apenas quando o vínculo tenha sido rescindido por iniciativa do empregador;
- b) relativamente às parcelas salariais incontroversas, em qualquer hipótese rescisória;
- c) quando não pagos, quando do comparecimento à Justiça do Trabalho, os salários retidos e incontroversos, desde que mantido o vínculo empregatício;
- d) apenas quando caracterizada a figura da revelia;
- e) na hipótese de cessação do contrato de trabalho;
- f) não sei.

39. Assinale a resposta incorreta:

- a) os locais de trabalho deverão ter, no mínimo, três metros de pé-direito - altura livre do piso ao teto;
- b) o exame médico, por conta do empregador, é obrigatório na admissão, na demissão e periodicamente;
- c) é de cinquenta quilogramas o peso máximo que um empregado pode remover individualmente;
- d) os representantes dos empregados na CIPA detêm estabilidade provisória até um ano após o término do mandato;
- e) a empregada gestante tem direito ao emprego até cinco meses após o parto;
- f) não sei.

40. O empregado prestou serviços por quatorze meses, com jornada diária de oito horas. Rescindido o contrato por iniciativa do empregador, tem-se, quanto ao aviso-prévio:

- a) a jornada deverá ser reduzida de duas horas ou, a critério exclusivo do empregado, poderá este faltar ao serviço por sete dias corridos;
- b) a jornada de trabalho poderá ser reduzida de duas horas, ou, a critério do empregado, poderá o empregador faltar ao serviço por sete dias corridos;
- c) a jornada de trabalho será apenas reduzida de duas horas;
- d) a jornada de trabalho poderá ser reduzida de duas horas, ou, a critério do empregado, poderá este faltar ao serviço por oito dias corridos;
- e) a jornada de trabalho poderá ser reduzida de duas horas, ou, a critério do empregador, poderá este faltar ao serviço por oito dias corridos;
- f) não sei.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**41. Tendo em conta as assertivas abaixo sobre o instituto da conciliação e observado o entendimento dominante assinale:**

- a) se todas as assertivas estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas I e III estiverem erradas;
- c) se todas as assertivas estiverem erradas;
- d) se somente a assertiva II estiver errada;
- e) se somente a assertiva IV estiver correta;
- f) não sei.

Assertivas:

- I. Só por ação rescisória é atacável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do artigo 831

da CLT.

- II. A conciliação, porque não provém da vontade do Estado, mas sim da vontade das partes, não pode ter sua homologação recusada pelo juízo trabalhista competente, salvo nos casos de vício ou fraude.
- III. A conciliação, no processo de conhecimento, é da competência da Junta, com qualquer número, sendo, porém, indispensável a presença do Presidente.
- IV. É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao litígio, em qualquer fase do processo.

42 No processo do trabalho, a compensação ou retenção:

- a) pode ser argüida a qualquer tempo;
 b) demanda propositura de reconvenção;
 c) somente pode ser articulada como matéria de defesa, na contestação;
 d) pode ser objeto de determinação, de ofício, pela Junta, ainda que silentes as partes;
 e) pode ser argüida perante a instância ordinária;
 f) não sei.

43. Frustradas as tratativas de negociação direta entre as partes e havendo greve, o processo de dissídio coletivo pode ser instaurado por iniciativa:

- a) apenas do Sindicato da categoria que não houver se recusado à negociação;
 b) apenas do Sindicato dos trabalhadores;
 c) de qualquer dos Sindicatos representantes das categorias (econômica ou profissional) envolvidas no conflito coletivo ou do Ministério Público do Trabalho;
 d) de qualquer um dos referidos Sindicatos, ou do Ministério Público do Trabalho, ou do Presidente do Tribunal do Trabalho;
 e) dos Sindicatos ou na sua falta, pela autoridade local do Ministério do Trabalho;
 f) não sei.

44. No processo do trabalho são prazos para interposição de recurso de revista, juntada da ata de instrução e julgamento aos autos, designação de audiência (a contar da notificação do reclamado), defesa oral do reclamado, razões finais de cada parte, embargos à execução, respectivamente:

- a) 5 dias, 24 horas, 5 dias, 20 minutos, 10 minutos, 8 dias;
 b) 10 dias, 24 horas, 5 dias, 25 minutos, 15 minutos, 15 dias;
 c) 15 dias, 72 horas, 15 dias, 30 minutos, 15 minutos, 5 dias;
 d) 8 dias, 5 dias, 10 dias, 10 minutos, 10 minutos, 10 dias;
 e) 8 dias, 48 horas, 5 dias, 20 minutos, 10 minutos, 5 dias;
 f) não sei.

45. Uma vez constatada a prática de falta grave pelo empregado, protegido pela estabilidade prevista no art. 492 da CLT, qual o procedimento a ser adotado pelo empregador:

- a) demiti-lo imediatamente, ficando dispensado do

aviso-prévio;

- b) dar-lhe aviso-prévio em dobro, pois é estável;
 c) colocá-lo à disposição da Justiça Brasileira;
 d) comunicar o fato ao Ministério do Trabalho e pedir providências;
 e) suspender o empregado de suas funções e requerer, junto à Justiça do Trabalho, a abertura de inquérito judicial;
 f) não sei.

46. Os embargos infringentes do julgado:

- a) cabem apenas para suprir omissões, esclarecer dúvidas ou afastar obscuridade do julgado;
 b) cabem contra decisões das Juntas de Conciliação e Julgamento e são julgados pelo mesmo órgão, em sua composição plena;
 c) no processo do trabalho têm aplicação unicamente no âmbito de atuação do Tribunal Superior do Trabalho;
 d) no processo trabalhista têm cabimento apenas nos feitos cujo valor não supere o dobro do salário mínimo da região;
 e) nenhuma das alternativas anteriores está correta;
 f) não sei.

47. A distribuição do ônus da prova no processo do trabalho:

- a) está disciplinada na própria CLT;
 b) é regida pelo Código de Processo Civil;
 c) é definida levando-se em conta o posicionamento do empregado, se reclamante ou reclamado;
 d) incumbe ao Juiz defini-la, valendo-se, para tanto, da sua experiência;
 e) nenhuma das alternativas anteriores está correta;
 f) não sei.

48. O empregado com 16 (dezesesseis) anos de idade, sem representante legal, pode propor reclamação trabalhista:

- a) através do Ministério Público do Trabalho;
 b) por intermédio da Advocacia Geral da União ou sua representação local;
 c) por meio do serviço de assistência social do Município;
 d) mediante simples petição dirigida pelo interessado ao Presidente da Junta;
 e) pessoalmente, através de reclamação verbal, logo que completar 16 anos;
 f) não sei.

49. A incompetência absoluta:

- a) somente pode ser alegada através de exceção;
 b) é afastada pela prevenção;
 c) pode ser declarada de ofício;
 d) não engloba a funcional;
 e) deve ser argüida pela parte interessada na primeira oportunidade;
 f) não sei.

50. O empregador ajuíza ação de consignação em pagamento. O empregado contesta a ação e apresenta reconvenção. Posteriormente, o empregador desiste de sua ação, com o que concorda o empregado. Neste caso, o que acontece com a reconvenção :

- a) não havendo mais a consignatória, a reconvenção perdeu o objeto;
- b) quando o empregado concordou com a desistência da consignatória, perdeu o direito de reconvir;
- c) a desistência da consignatória não obsta o prosseguimento da reconvenção;
- d) não há reconvenção no processo trabalhista;
- e) com a desistência da consignatória há o arquivamento da reconvenção;
- f) não sei.

51. A liquidação da sentença transitada em julgado, consagrada em dissídio individual plúrimo, no âmbito trabalhista:

- a) é regida por normas próprias;
- b) faz-se na forma prevista no Código de Processo Civil;
- c) não cabe por artigos;
- d) compete ao Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento;
- e) depende da iniciativa das partes;
- f) não sei.

52. Contra despacho do Ministro relator, no Tribunal Superior do Trabalho, que nega seguimento a Recurso de Revista, é cabível:

- a) agravo de instrumento;
- b) embargos;
- c) embargos declaratórios;
- d) agravo regimental;
- e) recurso extraordinário;
- f) não sei.

53. Ação de cumprimento é:

- a) uma ação de natureza coletiva;
- b) ação de natureza individual ajuizada quando a categoria econômica não cumpre espontaneamente a sentença normativa;
- c) ação individual plúrima que objetiva prorrogar a vigência da sentença normativa;
- d) ação de natureza coletiva que visa modificar a sentença normativa;
- e) nenhuma das respostas está correta;
- f) não sei.

54. Relativamente a sua vigência, a sentença normativa:

- a) vigora a partir da data da publicação do acórdão quando do dissídio coletivo é ajuizado após o término da norma coletiva anterior;
- b) quando houver acordo, convenção ou sentença normativa, vigora a partir da data do julgamento do dissídio coletivo;
- c) vigora a partir do dia imediato ao término da norma coletiva anterior, quando o dissídio coletivo é ajuizado antes desse momento;
- d) em qualquer hipótese, a partir do ajuizamento do dissídio coletivo;
- e) na inexistência de instrumento coletivo anterior, a partir do trânsito em julgado da decisão proferida no dissídio coletivo;
- f) não sei.

55. Empregado contratado no Brasil e imediatamente transferido para Portugal. Retornando ao Brasil, pretende ajuizar

reclamatória trabalhista. Assinale a resposta correta:

- a) o foro competente é o do local da contratação e a legislação aplicável é a brasileira;
- b) o foro competente é o do local da contratação e a legislação aplicável é a portuguesa;
- c) a ação deverá ser ajuizada em Portugal e a legislação aplicável é a portuguesa;
- d) a ação deverá ser ajuizada em Portugal e a legislação aplicável é a brasileira;
- e) foro e legislação a serem observados são aqueles determinados por empregado e empregador no contrato de trabalho;
- f) não sei.

56. A divergência jurisprudencial ensejadora do Recurso de Revista deve ser oriunda de:

- a) Turma do Tribunal Regional do Trabalho, Turma do Tribunal Superior do Trabalho e Sessão de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho;
- b) Turma do Tribunal Regional do Trabalho, Pleno do Tribunal Regional do Trabalho e Turma do Tribunal Superior do Trabalho;
- c) outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Sessão de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte;
- d) Turma do Tribunal Superior do Trabalho e Sessão de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho;
- e) Pleno do Tribunal Regional do Trabalho, Turma do Tribunal Superior do Trabalho e Sessão de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho;
- f) não sei.

57. Na Justiça do Trabalho, prazo em dobro para recurso, dispensa de depósito, recurso ordinário ex officio e pagamento de custas a final constituem prerrogativas de:

- a) bancos estaduais;
- b) sociedades de economia mista;
- c) instituições filantrópicas e religiosas;
- d) fundações de direito público sem atividade econômica;
- e) nenhuma das respostas;
- f) não sei.

58. O poder normativo compete:

- a) às Juntas de Conciliação e Julgamento, aos Juizes de Direito investidos de jurisdição trabalhista, aos Tribunais Regionais do Trabalho e ao Tribunal Superior do Trabalho;
- b) às Juntas de Conciliação e Julgamento, aos Tribunais Regionais do Trabalho e ao Tribunal Superior do Trabalho;
- c) aos Tribunais Regionais do Trabalho e ao Tribunal Superior do Trabalho;
- d) aos Tribunais Regionais do Trabalho, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Supremo Tribunal Federal;
- e) às Juntas de Conciliação e Julgamento, aos Juizes de Direito investidos de jurisdição trabalhista, aos Tribunais Regionais do Trabalho, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Supremo Tribunal Federal;
- f) não sei.

59. No processo do trabalho, a prescrição:

- a) é passível de pronunciamento de ofício;
- b) há que ser articulada na contestação, sob pena de preclusão;
- c) pode ser articulada em qualquer instância;
- d) deve ser articulada na contestação, admitindo-se seja veiculada em qualquer fase na instância ordinária;
- e) exige manifestação na primeira oportunidade em que o reclamado falar nos autos;
- f) não sei.

60. As decisões interlocutórias não terminativas, na Justiça do Trabalho, podem ser impugnadas através de:

- a) embargos de declaração;
- b) agravo de instrumento;
- c) agravo de petição;
- d) recurso ordinário;
- e) nenhuma das alternativas;
- f) não sei.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. Assinale a alternativa correta:

- a) a tutela jurisdicional será prestada pelos Juízes quando a parte ou o interessado a requerer, significando dizer que o processo civil se desenvolve por iniciativa privada;
- b) no processo civil, o princípio dispositivo é absoluto, pelo que o Juiz não pode julgar senão de acordo com o que é alegado pelas partes;
- c) a jurisdição é o instrumento pelo qual o Estado declara o direito no caso concreto;
- d) em matéria de apreciação das provas, vigora no processo civil brasileiro o princípio legal;
- e) no julgamento da lide, caberá ao Juiz decidir por equidade, somente nos casos previstos em lei;
- f) não sei.

62. Em matéria de capacidade processual, é incorreto afirmar-se que:

- a) é sempre devida a nomeação de curador especial ao incapaz;
- b) toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo;
- c) as sociedades sem personalidade jurídica serão representadas em juízo pela pessoa a quem couber a administração de seus bens;
- d) será considerado revelo réu que não sanar o defeito da incapacidade processual, dentro do prazo assinalado pelo Juiz;
- e) quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte;
- f) não sei.

63. A autoridade judiciária brasileira é competente, com exclusão de qualquer outra:

- a) quando o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;
- b) para proceder o inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do domicílio nacional;
- c) quando no Brasil tiver que ser cumprida a obrigação;
- d) quando a ação se originar de fato ocorrido ou de

- ato praticado no Brasil;
- e) quando a pessoa jurídica estrangeira tiver aqui agência filial ou sucursal;
- f) não sei.

64. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a ação acessória será proposta perante o Juiz competente para a ação principal;
- b) se o conhecimento da lide depender necessariamente da verificação da existência de fato delituoso, o Juiz mandará sobrestar o andamento do processo até que se pronuncie a justiça criminal;
- c) a competência se estabelece quando proposta a ação, sendo, no entanto, modificável quando for estabelecida em razão do valor e do território;
- d) duas ou mais ações que têm o mesmo objeto são consideradas conexas, podendo ser reunidas para decisões simultâneas;
- e) tratando-se de competência em razão da matéria, as partes não poderão eleger foro de competência;
- f) não sei.

65. A respeito das nulidades dos atos processuais é correto afirmar-se que:

- a) as nulidades relativas podem ser alegadas em qualquer momento processual;
- b) quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, o Juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade;
- c) a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes;
- d) se o processo tiver corrido, sem o conhecimento do Ministério Público, o Juiz o anulará desde o início;
- e) quando não puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, o Juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta;
- f) não sei.

66. Se a petição inicial não preencher os requisitos dos artigos 282 e 283 do CPC, ou apresentar defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz:

- a) extinguirá o processo, sem julgamento do mérito;
- b) indeferirá a petição inicial;
- c) ordenará a citação do réu;
- d) determinará que o autor a emende ou a complete, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento;
- e) fixará o prazo de 10 (dez) dias para que o autor a regularize;
- f) não sei.

67. Uma vez citado, o réu:

- I. oferecerá, no prazo de quinze dias, contestação, exceção e reconvenção;
- II. poderá oferecer contestação, competindo-lhe alegar toda a matéria de defesa;
- III. poderá oferecer exceção de incompetência relativa, no prazo para resposta;
- IV. poderá reconvir ao autor, em processo distinto, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa;

V. deverá contestar a ação, sob pena de, em regra, serem reputados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) todas estão corretas;
- b) as alternativas I e IV estão incorretas;
- c) somente a alternativa III está correta;
- d) as alternativas I e V estão corretas;
- e) todas estão incorretas;
- f) não sei.

68. Findo o prazo para a resposta do réu, o Juiz:

- I. mandará que o autor especifique as provas que pretende produzir na audiência, se o réu não contestou a ação e não ocorreu o efeito da revelia;
- II. ouvirá o autor, no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe prova documental, se o réu, apesar de reconhecer o fato que se fundou a ação, outro lhe impuser que impeça, modifique ou extinga o direito daquele;
- III. se o réu alegar conexão ou litispendência, mandará ouvir o autor no prazo de 10 (dez) dias;
- IV. cumpridas as providências preliminares, ou não havendo necessidade delas, extinguirá o processo, sem julgamento do mérito, se a ação for considerada intransmissível por disposição legal;
- V. conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença, quando não houver necessidade de produzir prova em audiência ou tiver ocorrido o efeito da revelia.

Analisando-se as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- a) todas estão corretas;
- b) todas estão incorretas;
- c) apenas a alternativa IV está incorreta;
- d) as alternativas I e III estão incorretas;
- e) somente as alternativas I, II, III, e IV estão corretas;
- f) não sei.

69. A respeito da coisa julgada, é incorreto afirmar-se que:

- a) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, não faz coisa julgada;
- b) a resolução de questão prejudicial, se requerida pela parte a Juiz competente materialmente e que constitua pressuposto necessário para o julgamento da lide, faz coisa julgada;
- c) a regra segundo a qual nenhum Juiz decidirá novamente questões já decididas não se aplica às condições da ação;
- d) tratando-se de condição resolutiva, sobrevindo modificação no estado de feito ou de direito, o que foi estatuído na sentença pode ser revisto, a pedido da parte;
- e) constitui coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- f) não sei.

70. Assinale a alternativa correta:

Ao receber o recurso, no Tribunal, o Relator:

- a) poderá dar provimento ao recurso, se a decisão recorrida estiver em confronto com Súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior;
- b) poderá dar provimento ao Recurso, se a decisão recorrida estiver em confronto com jurisprudência do Tribunal competente para conhecer do recurso;
- c) deverá submeter o recurso ao órgão colegiado, em qualquer hipótese;
- d) não poderá negar seguimento ao recurso;
- e) nenhuma das alternativas acima está correta;
- f) não sei.

71. Assinale a alternativa correta:

O locador ajuíza ação de despejo, por falta de pagamento, cumulada com ação de cobrança de alugueres:

- a) o Juiz defere o processamento da ação, nos termos em que proposta;
- b) o Juiz indefere liminarmente a inicial, por inépcia;
- c) o Juiz permite ao Autor emendar a inicial, assinalando-lhe prazo;
- d) o Juiz determina, de ofício, o desmembramento das ações;
- e) o Juiz admite apenas o processamento da ação de despejo, indeferindo de plano a outra pretensão;
- f) não sei.

72. Assinale a alternativa correta:

Intimada de penhora, que recaiu sobre bem imóvel, em processo de execução, promovida contra marido, decorrente de dívida por este contraída, pode a mulher:

- a) oferecer embargos à execução, apenas;
- b) ingressar com embargos de terceiro;
- c) contestar a ação de execução, simplesmente;
- d) interpor ação objetivando a nulidade da dívida, contraída sem o seu consentimento;
- e) interpor recurso de agravo de instrumento direto ao Tribunal, para anular a dívida;
- f) não sei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

73. Assinale a alternativa correta:

Ao ato administrativo discricionário e precário, pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, dá-se o conceito de:

- a) licença;
- b) visto;
- c) acordo administrativo;
- d) permissão;
- e) autorização;
- f) não sei.

74. Assinale a alternativa correta:

Funcionário Público Federal, na acepção do direito administrativo brasileiro, pode ser encontrado:

- a) só na administração direta federal;

- b) na administração direta e autárquica;
- c) na administração direta da União, nos Poderes Legislativos e Judiciários;
- d) na administração direta e indireta federal;
- e) nenhuma das alternativas está correta;
- f) não sei.

75. Assinale a alternativa correta:

Ao ato negocial pelo qual o Poder Público acerta com o particular a realização de determinado empreendimento ou atividade ou ainda a abstenção de certa conduta, no interesse recíproco da Administração e do administrado, signatário do instrumento protocolar, dá-se à denominação de:

- a) homologação;
- b) celebração;
- c) acordo administrativo;
- d) aprovação;
- e) protocolo administrativo;
- f) não sei.

76. Assinale a alternativa correta:

No regime adotado pelo Estado para correção dos atos administrativos ou legais dá-se a denominação de:

- a) sistema Administrativo;
- b) sistema de Controle Jurisdicional de Administração;
- c) sistema revisional;
- d) sistema rescisório;
- e) as respostas "a" e "b" estão corretas;
- f) não sei.

77. Assinale a alternativa correta:

Em direito administrativo, a revogação, modalidade de supressão de um ato administrativo, que foi revestido das formalidades, produz, em relação aos atos praticados sob sua vigência:

- a) efeitos *ex tunc*;
- b) efeitos *ex nunc*;
- c) anula os atos anteriores;
- d) as alternativas "a" e "b" estão corretas;
- e) nenhuma das alternativas está correta;
- f) não sei.

DIREITO CIVIL

78. Assinale a alternativa correta:

Nos casos de contratos bilaterais, seus distratos operam-se:

- a) por leis extravagantes a respeito;
- b) por forma descrita no código de processo civil;
- c) pela mesma forma que no contrato;
- d) contratos bilaterais não admitem distratos;
- e) somente com o ajuizamento da ação cabível;
- f) não sei.

79. Assinale a afirmativa correta:

A nomeação de herdeiro ou legatário pode-se fazer, para certo fim ou modo, ou por certa causa:

- a) sob sentença;
- b) sob contrato;

- c) sob promessa;
- d) sob condição;
- e) nenhuma hipótese acima;
- f) não sei.

80. Assinale a afirmativa correta:

O credor, que condescende em receber, com habitual atraso, as prestações periódicas do devedor:

- a) fica obrigado a interpelação para constituir a mora *solvendi*, mesmo havendo pacto comissório expresso;
- b) tem plenamente assegurados todos os direitos decorrentes da Cláusula resolutiva pactuada;
- c) não fica obrigado a qualquer interpelação para constituí-lo em mora;
- d) só fica obrigado a constituí-lo em mora mediante interpelação prévia nos casos de pacto comissório tácito;
- e) o habitual atraso não necessita que, de futuro, tome qualquer providência;
- f) não sei.

81. Assinale a afirmativa correta:

Se a novação for feita sem o consenso de fiador e devedor principal:

- a) a dívida pode ser modificada;
- b) a novação perde seu efeito;
- c) o fiador fica sujeito a pagar a dívida;
- d) isso gera a exoneração do primeiro;
- e) inexistente o instituto da novação em direito civil;
- f) não sei.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

82. Toda a sociedade se obriga ao financiamento da Seguridade Social, sendo certo afirmar-se que:

- a) nenhuma pessoa jurídica ou física está imune ou isenta de contribuir com a Seguridade Social;
- b) os Estados, Distrito Federal e Municípios providenciarão para que suas receitas destinadas à Seguridade Social integrem o orçamento da União;
- c) além das contribuições sociais previstas na Constituição, a lei ordinária poderá instituir outras fontes de contribuição;
- d) o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes estão isentos de contribuir;

- e) as contribuições sociais dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; dos trabalhadores e sobre a receita de concursos de prognósticos não estão submetidas ao princípio da anterioridade, previsto no art. 150, III, b, da Constituição Federal;
- f) não sei.

83. A respeito da saúde, como direito de todos e dever do Estado, é correto afirmar-se que:

- a) as políticas sociais e econômicas de governo devem visar à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, mediante contribuição do interessado;
- b) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada,

podendo as instituições privadas com fins lucrativos participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde e receber auxílios ou subvenções do Poder Público:

- c) ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete nos termos da lei colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;
- d) os serviços de saúde visam à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- e) ao SUS não compete fiscalizar e inspecionar alimentos, bem como bebidas e águas para consumo humano;
- f) não sei.

84. Não são princípios e diretrizes da Previdência Social:

- a) acesso universal e igualitário;
- b) preservação do valor real dos benefícios;
- c) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;
- d) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;
- e) universalidade de participação nos planos, mediante contribuição;
- f) não sei.

85. Assinale a alternativa incorreta:

- a) é assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei;
- b) todos os salários de contribuição considerados no cálculo de benefícios serão corrigidos monetariamente;
- c) a previdência social manterá seguro coletivo, de caráter complementar e facultativo, custeado por contribuições adicionais;
- d) os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito da contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios.
- e) nos casos e na forma da lei;
- f) a alternativa f está incorreta;
- g) não sei.

86. O aposentado pelo RGPS que permanecer em atividade sujeita a este regime, ou a ele retomar,ará jus às seguintes prestações, em decorrência do exercício dessa atividade:

- a) auxílio-doença;
- b) auxílio-reclusão;
- c) auxílio-acidente;
- d) reabilitação profissional;
- e) salário maternidade;
- f) não sei.

DIREITO INTERNACIONAL

87. À vista: das assertivas abaixo:

I. O texto em vigor da Constituição da Organização Internacional do Trabalho foi provado na 29ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Montreal-1946) e tem, como anexo a Declaração referente aos fins e objetivos da Organização, que fora aprovada na 26ª reunião da Conferência (Filadélfia-

1944);

II. em face ao estatuído no art. 1º da Constituição da OIT, revista em 1946, são membros da Organização: o Estado que, embora não pertencendo à ONU, comunique a formal aceitação das obrigações decorrentes da Constituição e tenha aprovada sua admissão por dois terços dos delegados presentes à Conferência, entre os quais dois terços dos delegados governamentais;

III. o Conselho de Administração é o órgão colegiado de direção superior da OIT;

IV. a competência da OIT, *ex ratione materiae*, se limita a questões específicas do Direito do Trabalho e da Previdência Social;

V. a competência da OIT, *ex ratione personae*. se circunscreve aos sujeitos da relação de emprego, às associações sindicais e às pessoas vinculadas aos sistemas de seguro social;

Assinale a alternativa correta:

- a) as assertivas L 111 e V estão corretas;
- b) as assertivas 11. IV e V estão incorretas;
- c) as assertivas 11. 111 e V estão corretas;
- d) as assertivas IV e V estão incorretas;
- e) as assertivas 11, IV e V estão corretas;
- f) não sei.

88. À vista das assertivas abaixo:

I. a Conferência da paz de 1919 aprovou o Tratado de Versailles, cuja Parte XIII dispôs sobre a criação da OIT e enunciou os princípios gerais que deveriam guiar a política da Sociedade das Nações no campo do Trabalho;

II. o disposto no preâmbulo da Parte XIII do Tratado de *Versailles* e os artigos referentes à OIT foram transplantados, em 1919, para a primeira Constituição da Organização;

III. em face do estatuído no art. 10 da Constituição da OIT, revista em 1946, são membros da Organização: os Estados que já possuíam essa qualidade em 10 de novembro de 1945 e os Estados-Membros das Nações Unidas;

IV. a OIT conserva a estrutura orgânica com que foi criada em 1919: Conferência Internacional do Trabalho; Conselho de Administração e a Repartição Internacional do Trabalho;

V. a Conferência, exceto o Conselho de Administração, e todos os órgãos colegiados e reuniões da OIT são constituídas de representantes de governos, de associações sindicais de trabalhadores e de organizações de empregadores;

Assinale a alternativa correta:

- a) as assertivas III e V estão incorretas;
- b) as assertivas I, III e V estão corretas;
- c) as assertivas I, II, III e V estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas;
- e) somente a assertiva III está incorreta;
- f) não sei.

89. Assinale a alternativa incorreta:

- a) preceitua a Constituição da OIT que a Conferência deve adotar a recomendação "quando o tema, ou um dos aspectos, não seja considerado conveniente ou apropriado para ser, no momento, objeto de um convenção";
- b) tendo em vista a natureza das suas normas, as convenções devem ser classificadas em: auto-aplicáveis; de princípios; promocionais;
- c) as convenções da OIT, como as demais, correspondem a leis supranacionais, capazes de terem eficácia jurídica no direito interno dos Estados-membros
- d) independentemente da adesão destes, mediante ato formal da ratificação;
- e) as convenções da OIT são tratados multilaterais abertos, de caráter normativo;
- f) as convenções da OIT têm caráter normativo, porque contêm normas cujo destino é a incorporação ao direito interno dos países que manifestaram sua adesão ao respeito;
- g) não sei.

90. Relativamente ao seu objeto, as convenções da OIT versam sobre, exceto:

- a) populações indígenas e tribais;
- b) relações coletivas de trabalho;
- c) segurança, higiene e meio ambiente do trabalho;
- d) contrato individual de trabalho e condições gerais de emprego;
- e) soberania dos Estados-Membros
- f) não sei.

91. À vista das assertivas abaixo:

I. a vigência de uma convenção da OIT no plano internacional não se confunde com a eficácia jurídica no território de cada Estado-Membro, resultante da ratificação;

II. em regra, as convenções da OIT estabelecem que sua vigência se inicie "doze meses após o registro de duas ratificações, com duração indeterminada";

III. ao ingressar na OIT e aderir à sua Constituição, o Estado contrai a obrigação formal de submeter toda convenção, no prazo de seis meses da sua adoção, prorrogável por mais seis, à autoridade nacional competente para sua aprovação;

IV. no Brasil, por força de dispositivo constitucional, a autoridade competente a que se refere a Constituição da OIT é o Congresso Nacional. A este órgão do Poder Legislativo compete resolver, em caráter definitivo, sobre a aprovação, ou não, das convenções da OIT;

V. a Constituição brasileira de 1988 adotou a teoria monista, em virtude da qual o tratado ratificado complementa, altera ou revoga o direito interno, desde que se trate de norma *self-executing* e já esteja em vigor na órbita internacional. Basta assinalar que ela prevê o cabimento de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, da decisão que contrariar tratado ou negar-lhe vigência;

Assinale a alternativa correta:

- a) as assertivas I, III e IV estão corretas;
- b) as assertivas I, III e V estão incorretas;

- c) todas as assertivas estão corretas;
- d) somente a assertiva IV está incorreta;
- e) as assertivas I, III e V estão corretas;
- f) não sei.

DIREITO PENAL**92. Assinale a alternativa correta:**

Nos crimes culposos:

- a) admite-se a co-autoria, mas não se admite a tentativa;
- b) admite-se a co-autoria e a tentativa;
- c) não se admite nem a co-autoria, nem a tentativa;
- d) admite-se a tentativa se o crime for de mão própria;
- e) admite-se a tentativa, mas se o crime for punido apenas com pena de reclusão;
- f) não sei.

direito interno dos países que manifestaram sua adesão ao respeito;

93. Assinale a alternativa correta:

No tipo de peculato (art. 312. *caput.* do Código Penal), ser o agente "funcionário público" é:

- a) um elemento normativo do tipo;
- b) um elemento descritivo do tipo;
- c) um elemento subjetivo do tipo;
- d) uma condição de punibilidade;
- e) nenhuma das alternativas está correta;
- f) não sei.

94. Assinale a alternativa correta:

A falta de consciência da ilicitude, segundo a teoria finalista, deve ser considerada:

- a) causa de exclusão do dolo;
- b) causa de exclusão da antijuridicidade;
- c) causa de exclusão de culpabilidade;
- d) questão irrelevante, visto como ninguém se escusa de cumprir a Lei alegando que não a conhece;
- e) nenhuma das alternativas está correta;
- f) não sei.

DIREITO COMERCIAL**95. Assinale a alternativa correta:**

Segundo a chamada Lei de Duplicatas (Lei 5474/68), para justificar a pretensão executória de duplicata não devolvida ou não aceita, pelo devedor, deverá o comerciante, credor, observar, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) extrair cópia da nota fiscal e protestar;
- b) extrair cópia da nota fiscal, de triplicata e protestar;
- c) extrair triplicata, comprovante de entrega e recebimento de mercadoria e protestar, desde que o sacado não tenha, comprovada e tempestivamente, recusado o aceite;
- d) pedir exame contábil nos livros fiscais do devedor e sacar letra de câmbio;
- e) requerer em juízo perícia dos livros, sacar triplicata e protestar;
- f) não sei.

96. Assinale a alternativa correta:

O credor, detentor de vários títulos de crédito, vencidos, de um mesmo devedor, sociedade comercial, pretendendo ajuizar e instruir requerimento de falência, deverá precaver-se, segundo a chamada Lei de Quebra, com

- a) necessariamente. o protesto de todos os títulos;
- b) o protesto apenas de um título, indistintamente;
- c) o protesto do título vencido há mais tempo;
- d) o protesto apenas dos títulos vencidos há mais de seis meses;
- e) não é necessário o protesto de título para formular o pedido de falência;
- f) não sei.

97. Assinale a alternativa correta:

Em face da chamada Lei de Quebra, havendo indícios, em processo de falência, de crime falimentar, competente para o processamento do inquérito é:

- a) a delegacia da circunscrição onde se localiza a sede da Falida;
- b) a Vara Criminal, através da remessa das peças essenciais;
- c) o Juízo universal da falência;
- d) a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça;
- e) O Grupo de Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça;
- f) não sei.

DIREITO TRIBUTÁRIO

98. Assinale a alternativa correta:

Compete à União, através de Lei Complementar, em caso de guerra ou calamidade, instituir:

- a) taxas compulsórias;
- b) confisco;
- c) juros compulsórios adicionais;
- d) impostos compulsórios;
- e) empréstimos compulsórios;
- f) não sei.

99. Assinale a alternativa correta:

O crédito tributário é extinto, entre outros fatos, por:

- a) prescrição, decadência, pagamento, remissão;
- b) compensação, transação, conversão, sentença;
- c) consignação em pagamento, suspensão, interrupção, decisão administrativa;
- d) na hipótese de ter sido declarado por sentença, apenas;
- e) as respostas das letras "a" e "b" são as corretas;
- f) não sei.

100. Assinale a alternativa correta:

Há causa de interrupção de prescrição, em matéria tributária?

- a) há, com o início de ação judicial;
- b) há, mas só com a denúncia;
- c) há, mas só após sentença transitada em julgado;
- d) há, somente após o pronunciamento do Tribunal, a respeito da sentença;
- e) inexistente o instituto da interrupção em matéria

- tributária;
- f) não sei.

COMISSÃO EXAMINADORA

GABARITO DA 18 PROVA ESCRITA DO VIII CONCURSO

1	D	21	C	41	A	61	E	81	D
2	C	22	E	42	C	62	A	82	E
3	A	23	E	43	C	63	B	83	C
4	B	24	D	44	E	64	B	84	A
5	D	25	B	45	E	65	C	85	E
6	D	26	C	46	C	66	E	86	D
7	C	27	A	47	A	67	B	87	D
8	D	28	E	48	A	68	A	88	A
9	E	29	C	49	C	69	D	89	C
10	B	30	E	50	C	70	A	90	E
11	E	31	C	51	D	71	C	91	A
12	A	32	D	52	D	72	B	92	A
13	E	33	B	53	B	73	E	93	A
14	B	34	B	54	C	74	C	94	C
15	B	35	D	55	A	75	E	95	C
16	D	36	D	56	C	76	E	96	B
17	C	37	C	57	D	77	B	97	C
18	E	38	B	58	C	78	C	98	E
19	C	39	C	59	D	79	D	99	E
20	B	40	A	60	E	80	A	100	A